

POLICROMIAS E PADRÕES: AZULEJOS “DE ARESTA” E “DE CORDA-SECA” DO PALÁCIO DOS CONDES DE PENAFIEL, LISBOA (SÉCULOS XV-XVI)

André Bargão¹, Sara Ferreira², Rodrigo Banha da Silva³

RESUMO

Uma intervenção arqueológica municipal teve lugar entre 1992 e 1993 nos jardins do palácio dos Condes de Penafiel, em Lisboa. Nela se exumaram restos de duas unidades habitacionais dos inícios da Época Moderna, depois sacrificadas pela urbanística que se seguiu a 1755, para as quais a documentação manuscrita permitiu identificar os seus proprietários cerca de 1524.

O conjunto de azulejo hispano-mourisco exumado ali, um dos mais numerosos até agora recolhidos na cidade, é constituído quase em exclusivo por azulejo do tipo “aresta”, sendo relacionável com a decoração dos pisos superiores. Trata-se, com probabilidade, de uma encomenda que teve lugar nos finais da década de 1520 ou na seguinte, que os autores atribuem às oficinas de Triana (Sevilha) de de Juan e/ou Diego Polido.

Palavras-chave: Arqueologia Moderna, Azulejaria Hispano-Mourisca, Lisboa, Olarias de Triana, Sevilha.

ABSTRACT

An archaeological excavation in Palácio dos Condes de Penafiel gardens, in Lisbon, took place in 1992-1993. Two large Modern Age houses previous to 1755 earthquake were recognized, and a manuscript dated circa 1524 allowed to detect its contemporary proprietaries.

A large assemblage of 16th century Hispano-Moresque glazed tiles was recovered at the site, related to upper floor walls décor. The authors relate this assemblage to an embellishment campaign dated from the late 1520's or 1530's, implying a commandment made to Sevillian pottery workshop(s) of Juan and/or Diego Polido, located in the Triana quarter.

Keywords: Historical Archaeology, Hispano-Moresque Glazed Tiles, Lisbon, Triana Workshops, Seville.

1. INTRODUÇÃO

O espaço dos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel (acrónimo PPJ) foi escavado por uma equipa municipal dirigida por A.M. Dias Diogo, entre Março de 1992 e Fevereiro de 1993.

A despeito de os resultados globais para a Época Moderna terem sido na altura publicamente apresentados (Diogo, Trindade e Silva, 1992), o essencial da intervenção permanece inédito, como um de nós vem referindo (Silva, 2012). Da Época Moderna se

conhece dos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel o rico conjunto de porcelanas (Henriques, 2012; 2015) e algumas peças isoladas, noticiadas ou publicadas em catálogos de exposição: são os casos de um conjunto numismático aparentemente perdido em 1755 (um “entesouramento” que incluía uma Peça de D. José I, quatro “Cruzados Novos” de prata e três outras moedas áureas – Fidalgo, 1992: 15; infelizmente nenhuma das quais deu entrada nas colecções municipais), um jarro em cerâmica comum brunida datável dos séculos XV-XVI (Silva e

1. CHAM – FCSH da UNL e UAç; andre.bargao@gmail.com

2. CHAM – FCSH da UNL e UAç; sara.isabel91@hotmail.com

3. CAL – CML e CHAM – FCSH da UNL e UAç; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

Ferreira, 2015: 134) e 6 azulejos hispano-mouriscos (Teixeira, Villada e Silva, 2015: 41). Foi justamente esta última pequena amostragem, e a relevância do restante conjunto azulejar do mesmo tipo para a leitura das dinâmicas urbanas ocorridas naquela zona da cidade, que despoletaram a preparação do presente trabalho (Figura 1).

2. ALGUNS ELEMENTOS ACERCA DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NOS JARDINS DO PALÁCIO DOS CONDES DE PENAFIEL

A intervenção arqueológica em epígrafe foi motivada pela decisão, em 1991, de deslocar a sede do Ministério das Obras Públicas para o Palácio dos Condes de Penafiel. A instalação dos organismos envolvidos no novo espaço implicou, como seria expectável, remodelações de amplitude variável, assumindo maior impacto patrimonial arqueológico a criação de um piso subterrâneo de garagem no local onde se encontrava o jardim.

O projecto, como a obra, foram da responsabilidade da extinta Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), tendo sido por concurso cometido à empresa Arquibet a execução da mesma, na qualidade de empreiteiro responsável. Porque o extinto Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa (GTTRL), dependente do Pelouro da Cultura da câmara municipal, estava já envolvido em termos arqueológicos com a DGEMN na adaptação dos três edifícios fronteiros para oeste com o palácio (onde se haviam revelado restos das “Termas dos Cássios”), destinados a albergar os serviços da Secretaria-Geral do mesmo ministério, foi gerado o entendimento de que deveria o organismo camarário assegurar também aqui os trabalhos de arqueologia. Este entendimento recebeu a aquiescência plena do então Departamento de Arqueologia do extinto Instituto Português do Património Cultural, que manifestou a sua incapacidade, motivada por a sua equipa lisboeta estar à época envolvida em importantes trabalhos nos Claustros da Catedral, na expansão da rede do Metropolitano e na sede do Banco Comercial Português (origem do actual Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros).

Refira-se, a este último propósito, que o episódio ilustra bem, e a vários títulos, aqueles momentos da arqueologia da capital, onde se verificava uma total indefinição dos âmbitos de actuação das equipas

então exclusivamente estatais, actuando as ligadas à administração central indiscriminadamente em obras promovidas por gabinetes camarários, por privados ou pelo sector empresarial do Estado, e a equipa municipal em obras privadas, de empresas públicas, organismos autárquicos ou da administração central, como foi o caso. Trata-se de um “estado de coisas” que causava então uma óbvia perplexidade em sectores da comunidade arqueológica, oportunamente assinalada por Carlos Fabião (1994).

A intervenção no jardim do Palácio dos Condes de Penafiel, como todas as realizadas pelo extinto GTTRL, foi dirigida em exclusivo pelo seu director, sendo o princípio metodológico de escavação privilegiado o preconizado por Mortimer Wheeler (Harris, 1991), com algumas adaptações: a eliminação das banquetas, a execução da escavação propriamente dita mediante planos e, por vezes, a renumeração da estratigrafia a partir do primeiro algarismo aquando de uma fase sequente dos trabalhos (ex.: Camada 1/Fase 2) (Figura 2).

Ora, na indisponibilidade de acesso aos registos descritivos e gráficos da intervenção, que se supõem permanecer na posse do responsável da escavação desde a data de extinção do GTTRL, em 1998, os únicos elementos conservados em arquivo nos organismos da administração pública (central e autárquica) são os registos de proveniência das recolhas, o que limita fortemente as leituras que se poderiam obter a partir do estudo dos materiais colectados entre 1992 e 1993. Ainda assim, o envolvimento directo de um dos signatários nos trabalhos (RBS), em conjugação com os escassos registos acessíveis, autorizam algumas interpretações constantes do presente trabalho: em primeiro lugar, e por força da metodologia *wheeleriana* de registo da estratigrafia, a numeração sequencial do algarismo menor para o maior no interior de cada quadrícula assume significado, apesar de nos ser impossível executar as correspondências entre as camadas das diferentes quadrículas; em segundo lugar, e porque a numeração das quadrículas de 5x5 m foi executada em 1992 sequencialmente de este para oeste, e de sul para norte, é possível formular uma visão artificialmente horizontalizada da dispersão espacial dos materiais; por fim, e porque a primeira fase da escavação nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel equivale àquela conduzida com recurso em exclusivo a meios manuais até se exporem os pavimentos remanescentes das estruturas “pré-pombalinas”, e porque se verifica a ine-

xistência de menções a recolhas de azulejo hispano-mourisco nas fases subsequentes da intervenção, parece revestir-se de alguma consistência a interpretação de que a totalidade do conjunto azulejar analisado no presente trabalho resulta de recolhas feitas nos aterros seguramente formados após o cataclismo de 1755 e resultantes do abandono do urbanismo pré-pombalino da área, registando-se algumas recolhas equivalentes às perturbações destes contextos motivadas por acções urbanísticas posteriores ocorridas no espaço.

3. ELEMENTOS HISTÓRICOS DISPONÍVEIS ACERCA DO URBANISMO DA ZONA

A área dos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel insere-se num conjunto urbano gerado durante a reconstrução da cidade que se seguiu ao cataclismo de 1755, ocupando todo um dos novos quarteirões desenhados em 1758.

Fontes de distinta natureza permitem-nos datar os trabalhos da construção em redor dos anos de 1770 e 1773: por um lado, um portão do lado oriental da fachada, fronteira à Calçada do Correio Velho, ostenta inscrição comemorativa com a data de 1770; por outro, foi em 1771-1772 no sector mais a SO do novo quarteirão que se descobriram durante as obras para a construção nova os restos monumentais das *Thermae Cassiorum*, os grandes banhos públicos romanos da cidade, de que nos chegou descrição circunstanciada do P.e Tomás Caetano Bem, datada já de 1791 (Silva, 1944). As plantas oitocentistas de Lisboa mostram-nos, também, que desde as etapas iniciais do quarteirão dito pombalino a área intervencionada em 1992-1993 fôra destinada a jardim, muito embora em algum momento ocupada parcialmente por construções (Silva, 1950).

A escavação arqueológica de 1992-1993 veio a revelar um conjunto extenso e articulado de espaços domésticos, compondo 10 distintos compartimentos pertencentes ao nível térreo do urbanismo que sofreu o cataclismo de 1755. De acordo com a informação constante do tombo pombalino, o espaço equivaleria a duas distintas unidades: uma localizada mais a norte, à data do terramoto pertencente ao P.e João de Sequeira, outra a sul, residência de D. Luís de Portugal (Andrade, 1944). Ambas definiam a extremidade sul de quarteirão limitado a sul pela *Rua de Martim Alho*, a poente pelo *Largo do Correio* e a nascente pela *Calçada de S. Crispim*.

A última artéria citada deve o seu nome à existência de uma Ermida dedicada a São Crispim e São Crispiniano, alegadamente obra promovida por D. Afonso Henriques após a conquista, dedicada à invocação dos santos do calendário religioso, correspondente ao dia da conquista da cidade em 1147. Ainda hoje existe a artéria, como novo templo da mesma invocação.

A *Rua de Martim Alho* (rua e não beco, como surge mencionada uma única vez em 1706, por António Carvalho da Costa – Costa, 1712: 452) deve o seu nome a um notável personagem lisboeta dos reinados de D. Duarte e inícios do de D. Afonso V. Trata-se de um participante em destaque no concelho reunido no Castelo de São Jorge, entretanto cercado pelo povo de Lisboa, sublevado contra a hipótese de nomeação do Infante D. Pedro como regente. Discutia o concelho a titularidade da regência após o falecimento do rei D. Duarte, sendo o personagem partidário e defensor dos interesses da Rainha D. Catarina, conforme nos transmite a crónica de Duarte Nunes de Leão: “*Hum cidadão, por nome Martim Alho, servidor da Rainha, quizer que a conclusão daquele negócio se dillatara para outro dia; mas outro cidadão, por nome Ruy Gomes da Silva, homem de muita authoridade, reprovou a dilação*” (Leão, 1780: 110). Por se recusar a assinar o acordo de regência a favor do Infante “*e por certas palavras que sobre isso disse, lhe ouvera de custar a vida*” (Idem). Martim Alho fôra importante comerciante, e bem o demonstra uma carta datada de 28 de Agosto de 1429, transcrita por Virgínia Rau, onde Pedro Anes Lobato narrava que “*a essa cidade de Florença vai Vicente Perez sobrinho e criado de Martim Alho portador desta letra, per mandado do dicto Martim Alho por aver de arrecadar 800 ducados que são em poder de Eduardo Florentim*” (Rau, 1972: 46). Em função destes elementos, a antiga rua deverá o seu nome à mais que provável residência nela do personagem quatrocentista, hoje por localizar.

O *Largo do Correio*, por seu turno, deve o seu nome a aí se situar a residência do *Correio Mór do Reino*, cargo tornado hereditário em 1606 por iniciativa de D. Filipe II, devendo ter assumido esta designação a partir da primeira metade de seiscentos. A residência do Correio-Mór do Reino nos séculos XVII e XVIII, até 1755, equivaleria a unidade urbana situada mais a poente das escavadas nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel, sendo a razão de ser da origem do edifício actual e do título condal concedido

por D. Maria I em 1797, quando o cargo é estatizado e retorna à corôa.

Na mais antiga planta de Lisboa, elaborada em 1650 com risco do arquitecto João Nunes Tinoco, a configuração genérica dos contornos da sua porção sul do gaveto correspondente às duas unidades a que nos vimos reportando, mantêm-se, segundo os dados arqueológicos, com exactidão com os mesmos limites que em 1755, pelo que por aqui se pode admitir que as fachadas terão mantido genericamente os mesmos alinhamentos pelo menos desde os meados do séc. XVII (Cf. Silva, 1950).

Regressivamente, a observação da iconografia quinzentista conhecida para Lisboa, nomeadamente a de Bráunio, sugerem que a zona estaria já densamente ocupada na segunda metade do séc. XVI, e a gravura da edição de data mais recente do mesmo autor mas, de 1596, indicia já a existência do quarteirão em causa (Idem) (Figuras 3 e 4).

A unidade identificada mais a norte, de paredes meias com a mais meridional, mostrou um primeiro átrio aberto, de piso empedrado, com bancada de alvenaria corrida a sul e a este, capeada a laje calcária. Numa destas lajes foi gravado um tabuleiro de jogo, que se conserva hoje no Museu de Lisboa. O elemento lúdico foi entretanto publicado em data recente por Lúcia Fernandes, dado como proveniente de escavação em 1991 (na realidade em 1992), na qual participou, sendo a peça dada como oriunda de “níveis do terramoto de 1755” (de facto integrada numa estrutura, como vimos antes) e interpretada como elemento de soleira, o que não corresponde (Fernandes e Alberto, 2011: 753-754).

Através de dupla porta e portão, o compartimento citado antes comunicava com um outro mais amplo a oeste, de piso em tijoleira vermelha disposta em espinha, situando-se um terceiro compartimento mais elevado no extremo poente da unidade. A disposição deste último espaço, notoriamente mais alçado em relação aos dois outros, e a circunstância de o piso ter sido forrado a tijoleira amarelada (lisboeta? sevilhana? valenciana?), datável de entre os finais do séc. XV e os meados do séc. XVI, sugere tratar-se da divisão mais nobre da casa. A verificar-se este entendimento, a unidade enquadrar-se-ia no modelo arquitectónico estremenho de “casa com torre”, tratado por Rui Cunha a propósito de uma casa quinzentista da Ribeira de Santarém (Cunha, 2006).

O alinhamento da fachada sul da unidade mais meridional mostrou, em processo de escavação, a sua

coincidência com o muro setecentista “pombalino” de limite sul do jardim, tendo servido de apoio para a edificação da empena do palácio, que deste modo ocupou espaço antes correspondente à *Rua do Martim Alho*. Já maior parte das fachadas a oeste se situarão para lá do jardim, como aquelas a este, neste caso porque secções do prolongamento dos muros de compartimentação interna das duas unidades foram detectados numa outra escavação arqueológica localizada no exterior dos limites do Palácio Pena-fiel, em valas abertas pelos TLP em 1993 na Calçada do Correio Velho.

A unidade mais meridional mostrava um vão largo a sul, um portão conectado com um vasto pátio central de piso empedrado, provavelmente aberto. Comunicava por uma porta alta, de ombreiras chanfradas, com um compartimento a norte, de que restara ainda *in situ* a mísula pétrea que sustentava os vestígios do arranque de uma abóboda tardo-gótica nervurada, construída em tijolo e depois rebocada (em processo de escavação se encontrou o elemento decorativo que poderá equivaler à pedra de fecho respectiva). Através de porta similar, este compartimento abobadado comunicava para oeste com outro espaço dotado de pavimento a seixo decorado com triângulos pretos sobre fundo branco, tendo sobrevivido na zona situada mais a norte deste compartimento os vestígios do arranque da escadaria que dava acesso ao piso superior, com o pequeno espaço de esconso respectivo, ligeiramente rebaixado e de piso em tijoleira (vão da escada). Tratar-se-ia, por consequência, da divisão de entrada da unidade, conectada com a fachada oeste a que se acederia através do *Largo do Correio*.

Convém referir que o único troço reconhecido do muro da fachada oeste deste edifício fronteiro ao *Largo do Correio* se apoiava, parcialmente, a uma conduta de saneamento, cuja edificação é situável nos finais do século XV ou inícios do séc. XVI. Tratava-se de uma conduta principal de serventia às casas, abrindo-se caixas para visitaçao e despejo de secção rectangular na abóboda, duas nos extremos opostos da “Sala 3” e uma outra na “Sala 6”, contígua à anterior para norte. A conduta recebia, por sua vez, as restantes, menores e subsidiárias, reveladas pela escavação.

Todavia a uso ainda no séc. XVIII, os 1,30 m de altura máxima interna da conduta encontravam-se colmatados em mais de 0,70 m por uma sequência de unidades (“*Quadrícula 3/ Camadas 38, 42, 42-a*”), 42-

-b), 42-c) e 42-d)”) contendo abundante e bem preservado material cerâmico datado de entre a segunda metade do séc. XV e as primeiras décadas do séc. XVI, bem demonstrando as insuficiências na sua concepção e manutenção, sentidas no curto prazo. Em trabalho de síntese recente sobre a arqueologia dos canos destinados ao saneamento de Lisboa no séc. XVI, realizado por Jacinta Bugalhão e André Teixeira, se transcreveu paleograficamente um documento denominado “*Estes sam os cannos que a nesta cydade de Lixboa*” que integra o *Livro dos Pregos* (Arquivo Municipal de Lisboa), na verdade de uma cópia do manuscrito original de que se desconhece o paradeiro, inserida no códice entre documentação datada de 1524 a 1545, e de que se reproduzem dois significativos itens:

“*Jtem hum cano A sam mamede que vem por debaixo das casas de dom dioguo de crasto E por debaixo das casas de dona caterina e say sobre a terra A Rua de martjm alho e este cano he da seruentia das agoas de sam mamede e faz mujta çogidade sobre a terra omde say*”

Jtem Outro cano que se comeca na Rua de martim Alho e vem dereito a porta da madanella homde se mete meio cano da corjarja e vay por a Rua da orjvizarja e abaixo omde se mete meio cano da Jubetarja e vay ao pilourjnho velho omde se mete huum cano d allffamdega e A çaram das Duas portas da Ribeira se mete huum canno que vem da fferarja e pasa por baixo das casas nouas da cydade e por a Ribeira omde vemdem o pescado e todas estas casas por omde este cano vem tem seruentia pera elle//” (Bugalhão e Teixeira, 2015: 121).

Ora, o texto citado encerra valiosíssima informação que importa aqui explorar.

Em primeiro lugar, a *Rua de Martim Alho* era uma artéria de alguma extensão, que se desenvolvia ao longo de um espaço que abrange sensivelmente o que é hoje a confluência da Rua da Madalena com a Rua das Pedras Negras até à unidade escavada mais a sul nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel, já sob a Calçada do Correio Velho. Não é impossível que o segundo item cotejado se reporte a um cano que ainda hoje está visível, seccionado, no interior de estabelecimento comercial situado no Largo da Madalena.

Já o primeiro item se reporta, categoricamente, ao cano a que vimos fazendo referência, que aliás se preserva ainda debaixo do piso actual da garagem do Palácio dos Condes de Penafiel, e é significativa a orientação da estrutura arqueológica, oblíqua, na direcção ao local onde supõe ter estado a antiga Igreja paroquial de São Mamede.

Ora, independentemente das evidências das vicissitudes observadas pela arqueologia na vida a uso do “cano”, trata-se de uma bem contundente expressão da aplicação de uma política régia para Lisboa de dotação de infra-estruturas de saneamento, iniciada por D. João II, porque explícita em carta régia à cidade de 1484 (Oliveira, 1932: 471), mas fundamentalmente concretizada e desenvolvida por D. Manuel I, e que incluiu a edificação dos principais ramais públicos (Bugalhão e Teixeira, 2015), mas também o estímulo a que os privados providenciassem as suas propriedades de estruturas desta natureza, como parece ser o caso.

O excerto do texto inserto no *Livro dos Pregos* que citámos antes constitui a fonte vital para se relacionarem os espaços arquitectónicos escavados no Palácio dos Condes de Penafiel em 1992 e 1993 com as identidades dos seus proprietários no séc. XVI. Porque se refere explicitamente a que o “cano (...) vem por debaixo das casas” (Bugalhão e Teixeira, 2015: 121) é possível identificar com precisão ambas as unidades escavadas com a referência do manuscrito, e desta forma identificar respectivamente D. Diogo de Castro e D. Catarina como os proprietários algures na primeira metade do séc. XVI.

Ora, Nuno Luís de Vila-Santa Braga Campos traçou o perfil do primeiro personagem (Campos, 2013): D. Diogo de Castro era descendente de D. Álvaro Pires de Castro, senhor das Alcáçovas no século XV, sendo o único filho de D. Fernando de Castro, falecido em 1510 em combate em Arzila contra os alcaides de Jazém, Tetuão e Xexuão. D. Diogo foi o representante de um ramo da família que desenvolveu políticas de aliança com os Ataíde (Idem).

Na posse de D. Diogo de Castro, em 1538, estava um conjunto de senhorios cuja importância é por si só reveladora do seu poder e capacidade económica: as alcaidarias-mór do Sabugal e de Castelo Real, no termo de Évora, com os respectivos direitos reais, o senhorio e castelo de Lanhoso, a capitania de Évora, os reguengos de Gondim e de Montemor-o-Novo, existindo ainda uma forte possibilidade de ter sido alcaide-mor da Covilhã e senhor de Santa Cruz de

Riba Tâmega. Em 1521 levou as pontas da opa na cerimónia de aclamação de D. João III, e, em 1534, recebia um total de 450 mil reais anuais em tenças da Corôa para, depois de 1538, juntar a alcaidaria-mór de Alegrete aos seus já extensos privilégios e tenças (idem).

Sobretudo através do seu exercício da capitania de Évora, na década de 1530, cidade onde se sabe que D. João III muito estanciou com a sua corte, D. Diogo usufruía de acesso directo ao rei, ao mesmo tempo que mantinha relações também próximas com os infantes D. Duarte e D. Luís, este último a quem acompanhou na jornada bélica de Tunis em 1535 (Idem: 74, 77-78).

De acordo com os mesmos elementos biográficos tratados por Nuno Luís de Vila-Santa Braga Campos, D. Diogo de Castro residia fundamentalmente no Ribatejo nos anos finais da sua vida, acompanhado de 19 criados, conforme o *“Rol das pessoas que continuamente estavam em Almeirim”* (s.l., XII.1545 – ANTT, CCII-240-62, fls. iv. e 2v. – citado por Campos, 2013: 78). Iria falecer em 1547, dando-se à sua viúva, D. Filipa de Ataíde, tença de 100 mil reais, e revertendo os bens de D. Diogo a favor da corôa (Idem: 78, nota 440). Em finais do séc. XVI parecem estes ter sido doados a D. Duarte de Castelo Branco, embaixador em Castela durante o reinado de D. Sebastião e figura-chave durante o período da crise sucessória, titulado por D. Filipe I em 1582 precisamente como 1º conde de Sabugal (Idem).

Por fim, a lacónica referência do documento inserto no *Livro dos Pregos* a uma D. Catarina, não autoriza inferências tão categóricas quanto à identidade da personagem. Todavia, considerando a importância inerente do conjunto edificado, aferida a partir dos elementos revelados pelas escavações arqueológicas (área, qualidades construtivas, decoração arquitectónica e onerosa infra-estrutura de saneamento), mas também o próprio laconismo da identificação textual no quadro da cronologia a que respeita, recorde-se que da primeira metade do séc. XVI, afigura-se como hipótese mais provável que as ditas “casas” integrassem o património da rainha D. Catarina de Áustria, ou de Habsburgo (Torquemada, 14/01/1507 – Lisboa, 12/02/1578), arquiduchessa da Áustria, infanta de Espanha e rainha de Portugal como esposa de D. João III, tendo sido o seu casamento concertado por Carlos V com o rei português em 1524. Este último elemento cronológico é da maior relevância por, recordamos, o documento

estar inserto no códice entre documentação datada de 1524 e 1545, o que será concordante com a interpretação feita à identidade da proprietária do imóvel com a consorte de D. João III, e deste modo ajudando a clarificar o momento em que a *relação dos canos* foi, de facto, elaborada.

4. O CONJUNTO AZULEJAR HISPANO-MOURISCO DE PPJ

Da escavação nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel em 1992-1993 se recolheram um total de 866 azulejos e/ou fragmentos de azulejo hispano mouriscos, assinalando-se entre eles dois exemplares utilizando a técnica de corda-seca, um alicatado, sendo todos os restantes sido executados com a técnica “de aresta” ou “*cuenca*”. A um primeiro nível de análise global, a esmagadora representatividade do azulejo “de aresta” é sugestiva de datas sobretudo situadas no segundo quartel do séc. XVI, dado aquela técnica ter em definitivo suplantado em Sevilha a “corda-seca” justamente no momento de transição entre o primeiro e o segundo quarto de quinhentos (Sancho Corbacho, 1978; Plezeguelo Hernández, 1989).

Os exemplares em “corda-seca” e o alicatado, sevillhanos, equivalem seguramente a elementos mais antigos, podendo remontar ainda ao séc. XV. Todavia, um equivale a recolha estratigraficamente descontextualizada e os restantes a elementos colectados em unidades pouco esclarecedoras. Deste modo, a sua relação com as duas unidades urbanas escavadas não é evidente, podendo ter sido aplicados quer em revestimento parietal, quer integrados em composições de piso.

Já o conjunto de azulejos “de aresta” hispano mouriscos equivale ao mais extenso de origem arqueológica conhecido no momento para a cidade de Lisboa, e a sua relação com as unidades urbanas exumadas nos jardins do Palácio dos condes de Penafiel é provável, como o é a sua aplicação nos compartimentos dos pisos superiores, entretanto desaparecidos por força dos trabalhos de reconstrução da cidade que se seguiram a 1755. De facto, a inferência produzida resulta de em nenhum dos espaços do piso térreo se ter encontrado azulejo hispano mourisco aplicado. No que respeita à sua utilização nos revestimentos murários de compartimentos dos pisos superiores, esta leitura resulta de um cúmulo de argumentos que se expõem abaixo.

Em primeiro lugar, porque é patente em muitos dos exemplares a aderência de argamassa esbranquiçada no tardo do azulejo, como são também observáveis em raros casos os vestígios de aplicação de reboco de cal sobre parte da superfície ornada do azulejo. Ora, ambos os elementos conjugados apontam para a aplicação destes últimos em superfícies murárias, podendo inclusive aventar-se a hipótese plausível da sua equivalência a elementos colocados na parte superior de lambris ou rodapés, onde o restante da parede seria caiada, assim se explicando os vestígios de cal citados.

Em segundo lugar, numa parte minoritária mas expressiva dos azulejos, aqui não quantificada, as superfícies encontram-se profundamente alteradas por ação do fogo, que nalguns casos adulterou a policromia e derreteu o próprio vidrado, sendo perceptível um sentido vertical do escorrimento, comprovando categoricamente a sua aplicação parietal. Por fim, e deixando de parte os casos dos azulejos recortados para se adaptar às medidas de paredes ou acondicionar a vãos, constitui argumento arqueológico a considerar como de peso a “geografia” da dispersão das recolhas. Sendo óbvio que as inferências a partir daqui produzidas se encontram muito limitadas pela indisponibilidade dos registos que nos permitiriam perceber melhor a estratigrafia escavada em 1992-1993, são notórios: a ausência das Q.s 9, 13, 14 e 16; que nas Q.s 1 e 15 somente se tenham assinalado 2-5 azulejos; que todas as restantes centenas de exemplares se concentrem nas Q.s 2-8 e 10-12, de permeio com outros tipos a uso até ao século XVIII, devendo aqui destacar-se a muito elevada incidência de azulejo “de aresta” em Q.3.

Ora, as características da distribuição espacial dos achados azulejares traduzem ter sido a área da unidade habitacional exumada mais a sul na escavação de 1992-1993 a zona para onde foram descartados os elementos, durante os trabalhos de demolição e os seguintes de terrapleno setecentista destinado à nova construção. A hipótese de ser esta a unidade doméstica que albergaria a maior parte da decoração azulejar, senão a totalidade desta, assoma, portanto, como altamente provável, conferindo a todo o conjunto um outro significado.

Ora, na escavação se exumaram um tipo de azulejo alicatado, dois em corda-seca e treze tipos distintos “de aresta” (vide Figura 5). Destes últimos, dois foram concebidos como faixas, três outros poderiam inserir-se nesta categoria ou ser empregues

como azulejo avulso, cinco foram concebidos como elemento de painel, e três equivalem a elementos avulso, podendo ser utilizados como elemento de composição de remate como integrando painel (Figuras 5 e 6).

Olhando para a quantificação dos diferentes tipos “de aresta” atestados (vide Figura 6), considerados em termos de número máximo de indivíduos, as altas frequências atingidas pelos azulejos destinados a painel, ou passíveis de integrar composições desta natureza, denunciam a formulação da decoração arquitectónica do(s) compartimento(s) do piso nobre onde foram empregues, com sobejamente conhecidos paralelos no Paço Real de Sintra (AAVV, 2009), Casa de Pilatos, Convento de Santa Clara (Sevilha) ou no da Conceição (Beja) (Silva, 2014), para somente citar alguns casos mais célebres, em claro contraste com a formulação que a decoração azulejar assumiu na Sé Velha de Coimbra (Gomes, 2011), de muito maior liberdade e diversidade na disposição e escolha dos tipos que integram os painéis azulejares. Em função dos dados apresentados, como da lógica narrativa da descrição constante da *relação dos canos da cidade* a que antes se fez menção, os azulejos estariam aplicados naquelas que seriam, com posterioridade a 1524, “*casas de dona Caterina*”.

5. CONCLUSÕES

Como a investigação vem de há muito destacando, faltam-nos exemplares e/ou composições hispano-mouriscas datadas externamente, por documentação manuscrita e epigráfica, quer em Portugal (Goulão, 1986; Trindade, 2007; AAVV, 2009), quer em Espanha (Pleguezelo Hernández, 1989), a despeito dos esforços de publicação de referências constantes da obra clássica de Gestoso y Pérez (1903), úteis para ambos os países.

A História da Arte portuguesa tem posto de manifesto a relevância que assumiram as importações sevilhanas de Triana a partir do reinado de D. Manuel I, com especial ênfase no empreendimento coimbrão mandado executar por pelo bispo diocesano D. Jorge de Almeida através do mestre entalhador flamengo Olivier de Gand, um dos autores do retábulo da capela-mor do referido templo, aos oleiros sevilhanos Fernán Martínez Guijarro e Pedro Herrera, de que trata documento sevilhano datado de 31 de Outubro de 1503 (Goulão, 1986: 133 e 139). Aquela olaria andaluza, mais tarde entregue a Pedro Herrera, filho

do primeiro citado, é, de entre as oficinas trianeiras, aquela cujas exportações para Portugal parecem mais abundantemente documentadas (Goulão, 1986), sendo aquela manufactura a envolvida na grande encomenda de 1508/9 de D. Manuel I para o Paço de Sintra, citando-se a escritura, publicada por Gestoso y Pérez, que acerca de Guijarro diz que «*por ser muy buen oficial de Portugal e de otras partes lo bienen a buscar e llevar de su obra para todo el reyno*» (Gestoso y Pérez, 1903 apud Goulão, 1986: 137). Ambas as obras lusas funcionariam, depois, como focos de difusão e de inspiração de um gosto mourisco que, de forma avassaladora, se atesta por todo o território nas primeiras décadas do séc. XVI através do azulejo sevilhano, fenómeno no qual se deverá integrar o caso escavado nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

Ora, a atestação em Sintra, como na Sé Velha de Coimbra, da esmagadora maioria dos tipos de azulejo do ponto arqueológico da cidade de Lisboa que vimos tratando, poderia sugerir uma datação para o empreendimento situada em redor de 1503-1509. Os tipos são, todavia, correntes e reproduzidos por diferentes manufacturas de Triana, e atestam-se igualmente em campanhas na Andaluzia datadas externamente de finais da década de '1520 e da década de '1530, como a Igreja de Jesús, o Convento de Santa Clara, a “Casa de Pilatos”, em Sevilha (Sancho Corbacho, 1978; Pleguezuelo Hernández, 1989), ou a Igreja de San Mateo, em Jerez de la Frontera (Piñeiro Blanca, 2017). O conjunto de paralelos espanhóis citados não é, todavia, aleatório, pois em todos os casos repertoriados os revestimentos azulejares saíram das oficinas de Triana de Juan e/ou de Diego Polido, oleiros que Gestoso y Pérez (1903: 431) supôs serem irmãos.

Como Pleguezuelo Hernández (1989) assinalou, Diego Polido assumiu contornos originais, ao ter introduzido tipos novos de azulejo “de aresta” presentes nos sítios sevilhanos mencionados. Porque alguns destes estão também patentes no Alhambra (Gestoso y Pérez, 1903: 260), neste caso por encomenda de Carlos V a Juan Polido, o facto constituiu um dos fundamentos da existencia de uma relação de parentesco entre ambos a Gestoso y Pérez (1903: 431). Deste modo, é caracteristicamente dos Polido um azulejo de módulo maior que o padrão, que representa um vaso de flores, utilizado como faixa ou remate em painéis, em nichos, como no refeitório do convento do Convento de Santa Clara, na esca-

daria da “Casa de Pilatos”, esta última encomendada a Diego para adornar intensamente a residência sevilhana dos Medinacelli, em 1536 (Pleguezuelo Hernández, 1989), ou na Igreja de San Mateo em Jerez, de que se conserva o contrato no Archivo de Protocolos Notariales de Sevilla, datado de 1529 (Piñeiro Blanca, 2017: 10).

Pelo conjunto de razões apontadas, afigura-se como altamente provável que o conjunto azulejar hispanomourisco que adornou com lambris os andares do piso nobre das “casas de dona Catarina” à Rua do Martim Alho, unidade escavada nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel entre 1992-1993, tenha resultado de encomenda feita nos finais da década de 1520 ou na década de 1530 às oficinas de Triana de Juan e/ou Diego Polido, porventura por iniciativa da rainha consorte.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2009) – *Azulejos. Obras do Museu Nacional do Azulejo*. Lisboa: Chandeigne, Museu Nacional do Azulejo.

ANDRADE, Manuel Ferreira de (1944) – *A freguesia de São Cristovão*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

BUGALHÃO, Jacinta, TEIXEIRA, André (2015) – “Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série, n.º 4. Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa, p. 89-122.

CAMPOS, Nuno Luís de Vila-Santa Braga (2013) – *A Casa de Atouguia, os Últimos Avis e o Império. Dinâmicas entrecruzadas na carreira de D. Luís de Ataíde (1516-1581)*. (Tese de Doutoramento em História, especialidade História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

COSTA, António Carvalho da (1712) [1706] – *Corografia portuguesa, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*, tomo III. Lisboa: Officina Real Deslandesiana.

CUNHA, Rui Maneira (2006) – “O sítio e a arquitectura quinhentista de uma casa da Ribeira de Santarém”, in *Revista da FCSH*, 18. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 13-36.

DIOGO, António Manuel Dias; TRINDADE, Lúcia; SILVA, Rodrigo Banha da (1992) – “Urbanismo romano na zona das Termas dos Cássios”, in *I Colóquio Temático «Lisboa e a Dinâmica Urbana»*. Lisboa: Divisão de Arquivos da CML (comunicação oral).

FABIÃO, Carlos (1994) – “Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa”, in *Penélope-Ler e Desfazer a História*, n.º 13. Lisboa: Edições Cosmos, Cooperativa Penélope, pp. 147 – 162.

- FERNANDES, Lúcia; ALBERTO, Edite (2011) – “Tabuleiros de jogo em pedra da cidade de Lisboa”, in *O Arqueólogo Português*, Série V, 1. Lisboa: Museu nacional de arqueologia, p. 739-783.
- FIDALGO, E. (1992) – “Aqui há tesouro: Ouro, prata, porcelana – de tudo um pouco vai aparecendo nas escavações do futuro Ministério das Obras Públicas”, in jornal *Tal & Qual*, 12/06/1992, p. 15.
- GESTOSO Y PÉREZ, José (1903) – *Historia De Los Barros Vidriados Sevillanos Desde Sus Orígenes Hasta nuestros días*. Sevilha: Tipografía Andalucía Moderna.
- GOMES, Jim Robert Puga (2011) – *Exemplos de azulejaria dos séculos XVI e XVII, em Coimbra* (dissertação de mestrado). Coimbra: Universidade de Coimbra (policopiado).
- GOULÃO, Maria João (1986) – “Alguns problemas ligados ao emprego de azulejos «mudéjares» em Portugal nos séculos XV e XVI”, in *Relaciones artísticas entre Portugal y España*. [S.l.]: Junta de Castilla y Leon, pp. 129-154.
- HARRIS, Edward (1991) – *Principios de Estratigrafía Arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica (col. *Crítica Arqueología*).
- HENRIQUES, José Pedro Vinténs (2012) – “Do Oriente para o Ocidente. Contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos da Época Moderna. Três contextos de Lisboa”, in Teixeira, A. E Bettencourt, J. (Eds.) *Novos e velhos mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*, vol. 2. Lisboa: CHAM da FCSH-UNL e UAç, pp. 919-932.
- HENRIQUES, José Pedro Vinténs (2015) – “Taça”, in Teixeira, A., Villada, F., Silva, R.B. (Eds.) *Lisboa 1415 Ceuta. Uma história de duas cidades*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 183.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1780) – *Crónicas e Vidas dos Reyes de Portugal D. Duarte, undécimo, e D. Affonso V, duodécimo*, tomo II. Lisboa: Oficina de José Aquino de Bulhões.
- LIMA, Manuel G. (1992) – “MOP gasta mais de 400 mil contos nas novas instalações”, in jornal *O Independente*, 04/09/1992, p.4.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de (1932) – *Elementos para a História do Município de Lisboa* (2ª Ed.), vol. I. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- PIÑEIRO BLANCA, Joaquín (2017) – “Panel de azulejos del s. XVI... como pretexto”, in *Pieza del mês* (27 de Maio de 2017). Jerez de la Frontera: Museo Arqueológico Municipal de Jerez / Asociación de Amigos del Museo.
- PLEGUEZUELO HERNÁNDEZ, Alfonso (1989) – *Azulejo Sevillano. Catálogo del Museo de Artes y Costumbres Populares de Sevilla*. Sevilha: Padilla Libros.
- RAU, Virgínia (1972) – “Alguns estudantes e eruditos portugueses na Itália do séc.XV”, in *Do Tempo e da História*, V. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras, 1972, p.29-99.
- SANCHO CORBACHO, Antonio (1978) – “La cerámica vidriada sevillana”, in *Jornadas Científicas sobre cerámica y vidrio*. Sevilha: Universidad de Sevilla (col. *Serie Ciencias*, n.º 21), pp.9-18.
- SILVA, Augusto Vieira da (1950) – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SILVA, Heitor (2014) – *O fenómeno mudéjar no tardo-gótico alentejano* (Dissertação de mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, Rodrigo Banha da (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa* (Dissertação de Doutoramento). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, Rodrigo Banha da.; FERREIRA, S. (2015) – “Jarro”, in Teixeira, A., Villada, F., Silva, R.B. (Eds.) *Lisboa 1415 Ceuta. Uma história de duas cidades*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 134.
- TEIXEIRA, André, VILLADA PAREDES, Fernando, SILVA, Rodrigo Banha da (Eds.) (2015) – *Lisboa 1415 Ceuta. Uma história de duas cidades*. Ceuta: Ciudad Autónoma de Ceuta, Câmara Municipal de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- TRINDADE, Rui A. A. (2007) – *Revestimentos Cerâmicos Portugueses (Meados do século XIV à primeira metade do século XVI)*. Lisboa: Edições Colibri.



Figura 1 – Localização da escavação de 1992-1993 nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel (Santa Maria Maior, Lisboa).

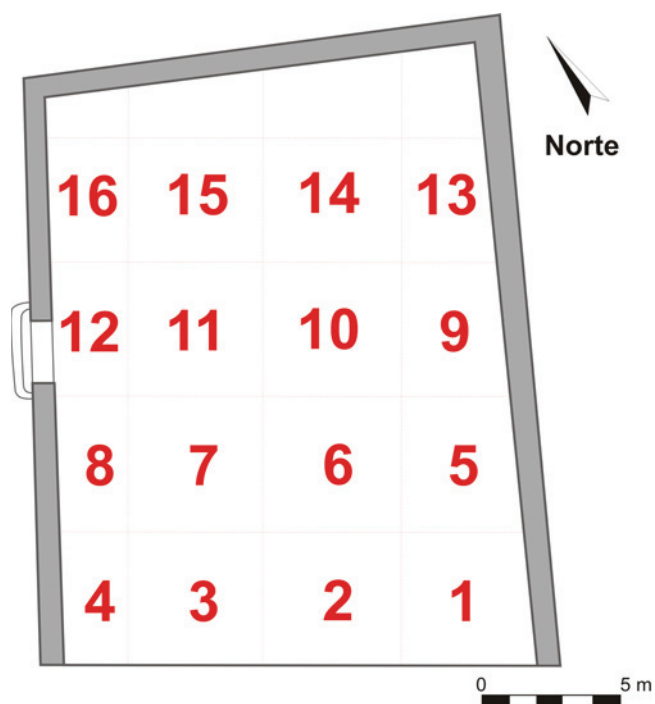


Figura 2 – PPJ. Quadriculagem da escavação de 1992-1993.

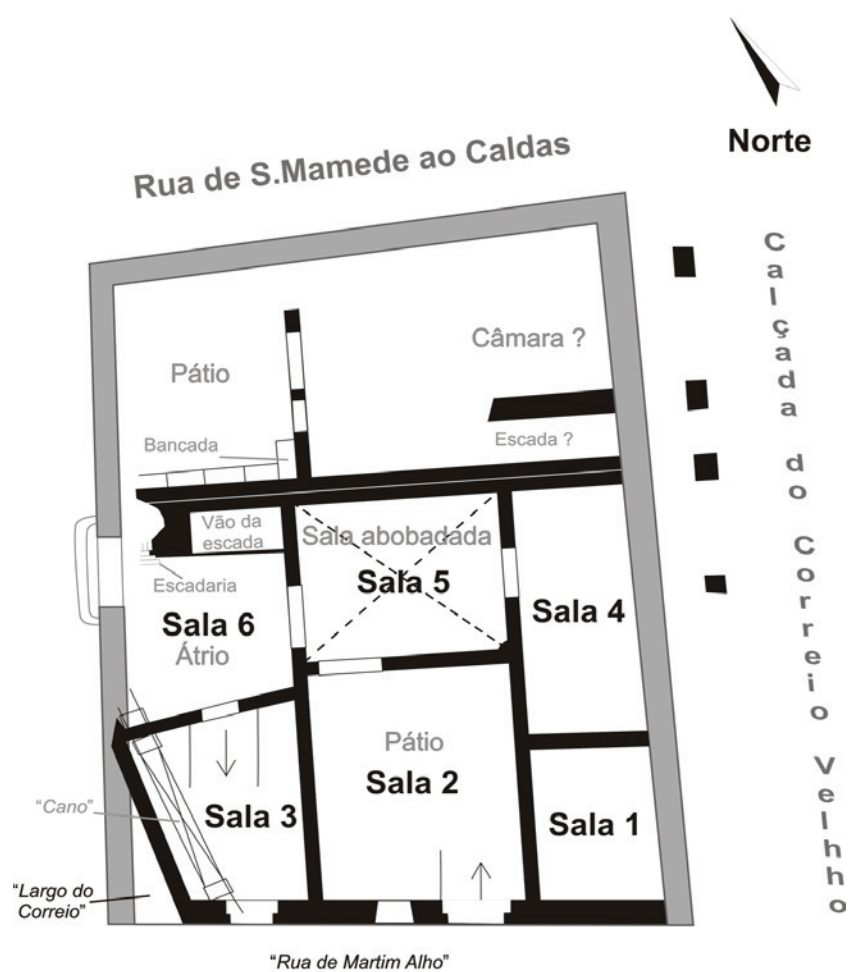


Figura 3 – PPJ. Plano esquemático de síntese do remanescente das duas unidades objecto de escavação em 1992-1993.

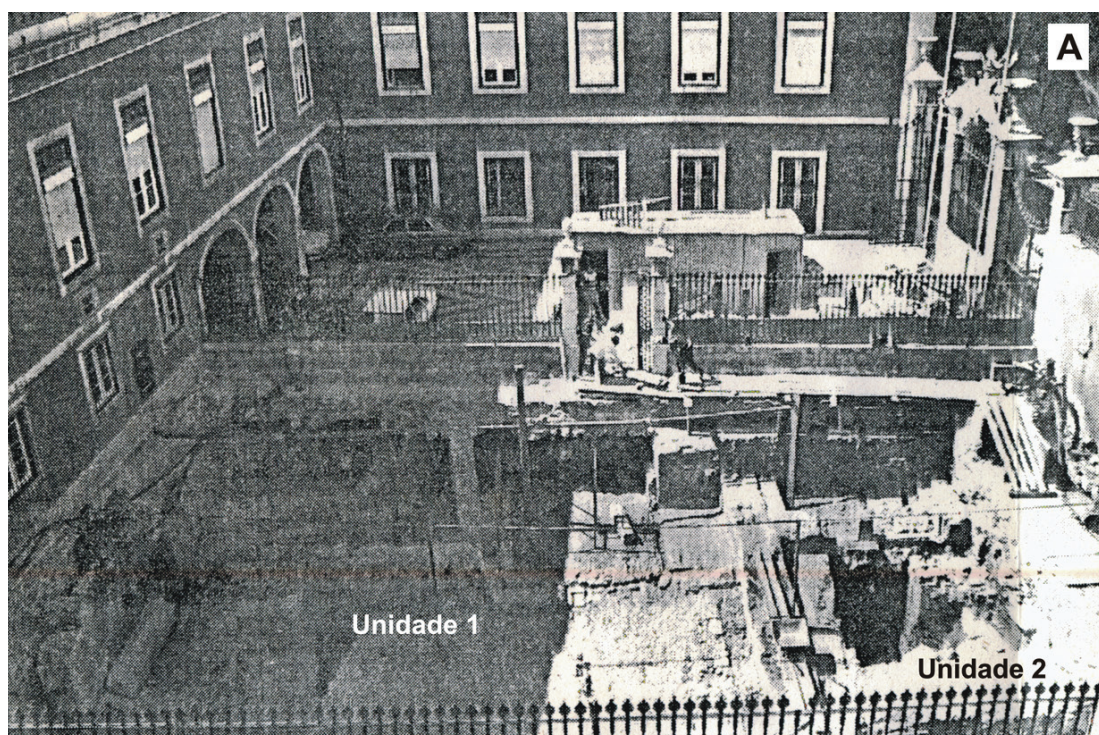


Figura 4- Aspectos anotados da escavação PPJ em 1992, através da imprensa:

A- *O Independente* de 04/09/1992 (vista de este);

B- *Tal & Qual* de 12/06/1992 (vista de NO);

C- *Público* de 15/04/1993 (vista de NO-SE para o pátio=Sala 2).



Figura 4 – Aspectos anotados da escavação PPJ em 1992, através da imprensa:

A – *O Independente* de 04/09/1992 (vista de este);

B – *Tal & Qual* de 12/06/1992 (vista de NO);

C – *Público* de 15/04/1993 (vista de NO-SE para o pátio = Sala 2).



Figura 5 – Tipos de azulejos hispano mouriscos recuperados nas escavações de 1992-1993 nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.

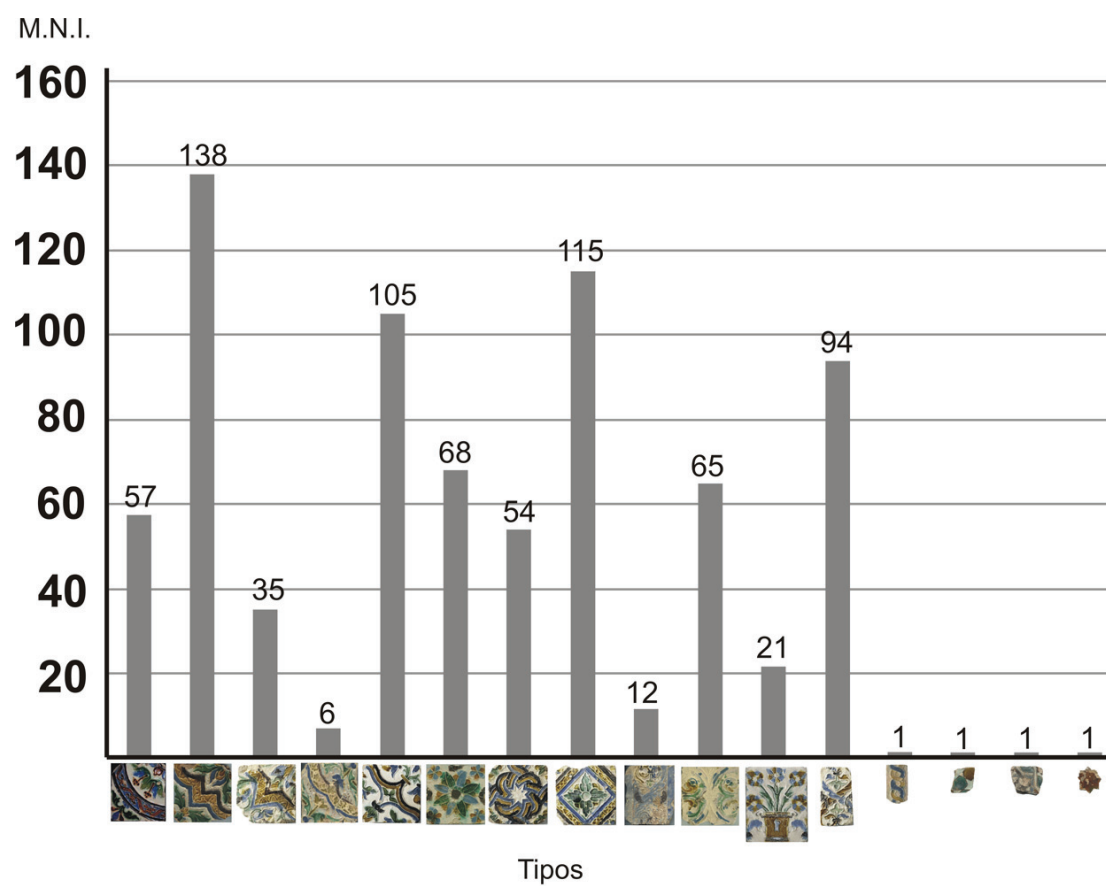


Figura 6 – Quantificação por número máximo de indivíduos dos tipos de azulejo hispano mouriscos recuperados nas escavações de 1992-1993 nos jardins do Palácio dos Condes de Penafiel.